

Internacionalização na Rede Federal Tecnológica: uma análise das ações previstas na política de internacionalização do Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

Internacionalización en la Red Tecnológica Federal: un análisis de las acciones previstas en la política de internacionalización del Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

Viviane Cristina Garcia de Stefani  

vivigarcia@ifsp.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP

Isadora Valencise Gregolin  

isadora@ufscar.br

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Resumo

Diante dos processos de integração e estreitamento do contato entre povos, especialmente durante a pandemia Sars-Cov 19, é fundamental a compreensão do papel da internacionalização no âmbito da educação pública. Neste trabalho, voltamos nosso olhar para as ações de internacionalização explicitadas no documento que norteia o seu processo: a Política de Internacionalização, especificamente no contexto da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, que tem se destacado no cenário nacional e internacional, cumprindo um papel importante para o desenvolvimento da educação profissional no país. Objetivamos neste artigo apresentar resultados da análise da Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que foi realizada tendo como fundamento os pressupostos teóricos da pesquisa de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Além disso, as análises fundamentam-se em autores que versam sobre internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011) e sob a luz da definição adaptada de internacionalização proposta pelo grupo de pesquisa GPLIES (Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior), segundo a qual “a internacionalização na Educação é um movimento articulado [...] que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras, [...] de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional”.

Palavras-chave


Política de Internacionalização. Rede Federal. Educação Tecnológica.

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 31/05/2022

Aprovação do trabalho: 27/07/2022

Publicação do trabalho: 19/08/2022

 10.46230/2674-8266-14-8365

COMO CITAR

STEFANI, Viviane Cristina Garcia de; GREGOLIN, Isadora Valencise. Internacionalização na Rede Federal Tecnológica: uma análise das ações previstas na política de internacionalização do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). **Revista Linguagem em Foco**, v.14, n.1, 2022. p. 158-178. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8365>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

Resumen

Frente a los procesos de integración y acercamiento entre los pueblos, sobretodo durante la pandemia del Sars-Cov 19, es fundamental comprender el papel de la internacionalización en el ámbito de la educación pública. En este trabajo, dirigimos nuestra mirada hacia las acciones de internacionalización planteadas en el documento que orienta su proceso: la Política de Internacionalización, específicamente en el contexto de la Red Federal de Educación Profesional y Tecnológica de Brasil, pues cumple un papel importante para el desarrollo de la formación profesional en el país. El objetivo de este artículo es presentar los resultados del análisis de la Política de Internacionalización del IFSP (Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de São Paulo), que se llevó a cabo a partir de los supuestos teóricos del Análisis de Contenido (BARDIN, 1977). Además, los análisis se basan en autores que tratan de la internacionalización integral (HUDZIK, 2011) y a la luz de la definición adaptada de internacionalización propuesta por el grupo de investigación GPLIES (Grupo de Investigación sobre Políticas Lingüísticas e Internacionalización de la Educación Superior), según el cual “la internacionalización en la Educación es un movimiento articulado (...) que busca promover el intercambio de ideas, culturas, prácticas innovadoras, (...) para permitir un posicionamiento decolonial y crítico, reposicionando las demandas locales frente a la necesidad de inserción en un contexto internacional”.

Palabras-clave

Internacionalización. Red federal. Educación Tecnológica.

Introdução

Este artigo apresenta resultados da análise do documento que norteia as ações e estratégias de internacionalização no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), a saber, a Política de Internacionalização¹, publicada em dezembro de 2019. A análise desse documento foi realizada no contexto de uma pesquisa pós-doutoral, desenvolvida no ano de 2021 junto à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que tinha como objetivo central problematizar o processo de elaboração da política de internacionalização do IFSP e compreender a importância da política e do planejamento linguístico para sua implementação.

O documento foi analisado no contexto da educação tecnológica básica e superior, tendo em vista os pressupostos teóricos da Linguística Aplicada Crítica (PENNYCOOK, 2001, 2003; RAJAGOPALAN, 2003), sob a luz da definição de internacionalização abrangente proposta por Hudzik (2011), considerando-se, ainda, o conceito de internacionalização proposto pelo Grupo de Pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES).

1 Perspectivas e conceitualização da Internacionalização

A internacionalização tem ocupado lugar de destaque nas discussões das instituições de ensino superior (IEs) no Brasil, principalmente desde a criação

1 Portaria 4557, de 11 de dezembro de 2019. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4557_Politica_de_internacionalizacao_IFSP_2019_Arinter_GAB_2.pdf.

do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), em 2011. O CsF também impactou a criação de outros programas e políticas públicas de incentivos para a internacionalização, como o Programa Inglês sem Fronteiras, em 2012, repaginado em 2014 como Idiomas sem Fronteiras (IsF), para incluir outros idiomas, e mais recentemente, o Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes PrInt) (FINARDI, 2021).

No contexto do mundo globalizado, em que nota-se interdependência cada vez maior entre as nações, a internacionalização configura-se como uma das missões atuais das universidades. A Interdependência global pôde ser claramente constatada durante a pandemia COVID-19, durante a qual observamos que o desenvolvimento de vacinas ocorreu por meio do compartilhamento de informações entre cientistas de vários países, em um movimento de ajuda mútua para mitigar os impactos da pandemia. Nesse contexto, as ações e relações de internacionalização foram fundamentais para promover, através do avanço da ciência, a garantia à saúde, a valorização dos direitos humanos e a sustentabilidade.

Alguns dos principais problemas que afligem a humanidade estão na pauta de políticas de educação e políticas de internacionalização, como pandemia global, antirracismo, movimentos de minorias, pautas identitárias, correntes migratórias, entre outros. Por essa razão, a internacionalização tem sido considerada como uma das funções da universidade do século XXI (SANTOS, 2007; AGUIAR PEREIRA, 2019) e suas dimensões atuam nas esferas da graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Quanto à conceitualização da internacionalização, Aguiar Pereira (2019) explicita alguns elementos que constituem a abrangência do conceito: 1) formação intercultural; 2) formação mais cultural; 3) formação social ampliada; 4) compreensão do mundo globalizado; 5) socialização do conhecimento e das inovações que acontecem nas universidades; 6) colaboração entre instituições e países (maior sinergia entre as instituições); 7) acesso ao mercado de empregabilidade global; 8) processo participativo na formação do cidadão do mundo e de um espírito (inter)nacional (informação verbal).²

O processo de Internacionalização, neste artigo, é compreendido em uma perspectiva abrangente (HUDZIK, 2011), altamente articulado, sistêmico, comple-

2 Informações fornecidas pela pesquisadora Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, docente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em palestra proferida online na *live* "Internacionalização da Educação Superior no Brasil", promovida pela Academia Finatec em 26/06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uH8LOMvSAGI>

xo, e se concretiza por meio de uma multiplicidade de atividades, não apenas no que se refere à mobilidade estudantil, concepção que passaremos a apresentar na próxima seção.

1.1 A Internacionalização abrangente proposta por Hudzik (2011)

Quando falamos em internacionalização, é mister definirmos sob qual perspectiva estamos tratando do assunto, já que sua conceitualização é complexa e analisada sob múltiplos olhares. Para De Wit (2013), o sentido de internacionalização na educação é bastante recente, ao contrário do que muitos supõem. O autor explica que antes dos anos 1990 o termo usado coletivamente era “educação internacional”, referindo-se a uma série fragmentada de ações internacionais na educação superior, pouco relacionadas entre si, como intercâmbio de estudantes e servidores entre universidades de vários países. Somente nos últimos anos é que foi proposta uma abordagem mais conceitual para a internacionalização.

O conceito de internacionalização abrangente, o qual tomamos por base nesse estudo, foi criado por John Hudzik (2011) ao elaborar o relatório da Associação dos Educadores Internacionais (NAFSA). Para De Wit (2013) esse foi mais um “chamado de despertar” do que um conceito, já que, segundo ele, “a internacionalização não é internacionalização se não for abrangente”.

Hudzik (2011) define a internacionalização abrangente como:

[...] um compromisso confirmado através da ação, para infundir perspectivas internacionais e comparativas através do ensino, pesquisa e missões de serviço no ensino superior. Modela a identidade e os valores institucionais [...]. É essencial que envolva os líderes, gestores da instituição, os estudantes e todas as unidades de serviço e apoio da universidade. Isso é imperativo, não apenas uma possibilidade. A internacionalização abrangente não somente impacta o campus, mas as molduras de referências externas da instituição, suas parcerias e relações. [...] A internacionalização abrangente é um processo estratégico e coordenado que busca alinhar políticas integradas, programas e iniciativas para posicionar faculdades e universidades de forma mais global e conectada com outras instituições. Envolve, portanto, a promoção de um engajamento sustentável e justo entre os países³. (HUDZIK, 2011, p. 10, tradução nossa).

3 Texto original: [...] is a commitment, confirmed through action, to infuse international and comparative perspectives throughout the teaching, research, and service missions of higher education. It shapes institutional ethos and values [...]. It is essential that it is embraced by institutional leadership, governance, faculty, students, and all academic service and support units. It is an institutional imperative, not just a desirable possibility. Comprehensive internationalization not only impacts all of campus life but the institution's external frames of reference, partnerships, and relations. [...] Comprehensive internationalization is a strategic, coordinated process that seeks to align and integrate policies, programs, and initiatives to position colleges and universities as more globally oriented and internationally connected institutions (HUDZIK, 2011, p. 10).

No processo de internacionalização abrangente proposto por Hudzik (2011), deve-se envolver a revisão e adequação de conteúdos no currículo, o engajamento de todos os setores da instituição, o aproveitamento de recursos e potencialidades e a busca por parceiros que queiram atingir os mesmos objetivos.

1.2 O conceito de internacionalização proposto pelo GPLIES

O GPLIES⁴ – grupo de pesquisa iniciado em novembro de 2020 – está constituído por 27 integrantes⁵, pesquisadores de instituições de ensino superior de diversos estados brasileiros, e tem como objetivo promover estudos e pesquisas no universo de políticas de internacionalização e políticas linguísticas, processos de gestão e acompanhamento do planejamento estratégico para ações de internacionalização, planejamento linguístico, assim como ferramentas de ensino-aprendizagem de idiomas que facilitem o processo de implementação das propostas de internacionalização nas instituições de ensino superior.

Com a ampliação de políticas públicas de iniciativas para internacionalização e ensino de idiomas nas universidades brasileiras, como o Ciência sem Fronteira (CsF), Idiomas sem Fronteiras (IsF) e Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), as universidades investiram na constituição de políticas de internacionalização e políticas linguísticas institucionais. Entretanto, somente a constituição dessas políticas não garantem sua implementação. O GPLIES, portanto, se propõe a estudar como essas políticas foram organizadas, verificar as necessidades e estruturas já existentes nas instituições, bem como estudar formas de planejamento e implementação dessas políticas⁶.

Fundamentado nas leituras dos principais pesquisadores que discutem a temática da Internacionalização⁷ e também nas discussões acerca dessas leituras nas reuniões de grupo, o GPLIES buscou adaptar alguns conceitos acerca da internacionalização, de forma que se adequassem melhor ao contexto brasileiro. Dessa forma, o GPLIES define Internacionalização na Educação como:

A Internacionalização na Educação é um movimento articulado pelas comunidades acadêmicas e não-acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestam de forma transversal nos diferentes setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de ensino. Este movimento envolve a solidariedade e

4 Link para o diretório do grupo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9572177799231276>

5 Informações coletadas em fevereiro de 2022.

6 Informações obtidas no diretório do grupo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9572177799231276>.

7 Autores como De Wit (2019), Knight (2005, 2013); Calvo; Alonso (2020); Hudzik (2011, 2015, 2018); Delgado-Márquez; Hurtado-Torres (2011); Coelen (2016), entre outros.

a colaboração entre os parceiros nacionais e internacionais de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional (GPLIES, 2021, n.p.).

A inserção das instituições de ensino em contextos internacionais demanda o uso de línguas internacionais. É mister, portanto, definir o termo no contexto da Linguística – ciência que tem por objeto a linguagem humana. Nesse sentido, o conceito de internacionalização na Educação adaptado pelo grupo GPLIES se alinha às vertentes mais atuais da conceitualização do termo, em especial no que diz respeito aos pressupostos teóricos da Linguística Aplicada Crítica (PENNYCOOK, 2003), os quais abordaremos na próxima seção.

2 A internacionalização na perspectiva da linguística aplicada crítica (LAC)

É importante contextualizar o tema “internacionalização” dentro do campo da Linguística, especialmente porque os processos de internacionalização são inerentes às questões do uso das línguas, sobretudo no que tange às colonialidades e desigualdades da vida social, suas relações de poder e os impactos para as manifestações linguísticas. Nesse sentido, segundo Pennycook (2001, p. 10):

A linguística aplicada crítica, então, é mais do que apenas uma dimensão crítica adicionada à linguística aplicada: ela envolve um ceticismo constante, questionamento constante dos pressupostos normativos da linguística aplicada. Exige uma inquietante problematização dos dados da linguística aplicada e apresenta um modo de fazer linguística aplicada que busca conectá-la a questões de gênero, classe, sexualidade, raça, etnia, cultura, identidade, política, ideologia e discurso. E crucialmente, torna-se uma abertura dinâmica de novas questões que emergem dessa conjunção.⁸

A LAC deve, ainda, estabelecer diálogos com áreas como teoria crítica, feminismo, pós-colonialismo, pós-estruturalismo e pedagogia anti-racista. Os pressupostos teóricos da LAC interconectam-se aos da internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011), especialmente no sentido de que um dos principais objetivos de promover a internacionalização é estreitar as relações e diálogos entre universidades, buscando aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa e, consequen-

8 Texto original: *Critical applied linguistics, then, is more than just a critical dimension added on to applied linguistics: It involves a constant skepticism, a constant questioning of the normative assumptions of applied linguistics. It demands a restive problematization of the givens of applied linguistics and presents a way of doing applied linguistics that seeks to connect it to questions of gender, class, sexuality, race, ethnicity, culture, identity, politics, ideology, and discourse. And crucially, it becomes a dynamic opening up of new questions that emerge from this conjunction (PENNYCOOK, 2001, p. 10).*

temente, valorizar a relação entre os povos, visando promover a solidariedade, o respeito, a sustentabilidade e a paz universal.

Os pressupostos teóricos acerca da internacionalização na educação aqui apresentados embasaram a análise do documento que norteia as ações da internacionalização do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), de acordo com a proposta inicial deste artigo.

Antes de tratarmos propriamente da análise dos documentos, é importante ressaltar o contexto da rede federal tecnológica, especificamente dos institutos federais, e entender como se dá o processo de internacionalização nessa esfera.

3 Especificidades da Rede Federal

3.1 O processo de internacionalização na Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil

A rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil é formada hoje por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), o Colégio Dom Pedro II, A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, além de 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2009).

A Educação profissional tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, permeando os cursos da educação básica em nível de ensino médio (formação inicial), cursos de formação continuada – ambos com qualificação profissional, passando pela educação profissional tecnológica de graduação (especialmente cursos tecnológicos que se concentram em uma área específica do conhecimento e são voltados ao mercado de trabalho), chegando à pós-graduação (BORDIN et al., 2019).

Os 38 Institutos Federais (IFs) no Brasil estão distribuídos em 354 *campi*. Os IFs foram criados pela lei 11.892/2008 e alguns deles eram, antigamente, os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas às universidades. Sua origem data do ano de 1909, com as escolas de aprendizes artífices, fundadas pelo então presidente da República Nilo Procópio Peçanha.

Pacheco (2010), em seus estudos sobre os institutos federais, apresenta algumas de suas principais características:

- Articulam trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação

humana;

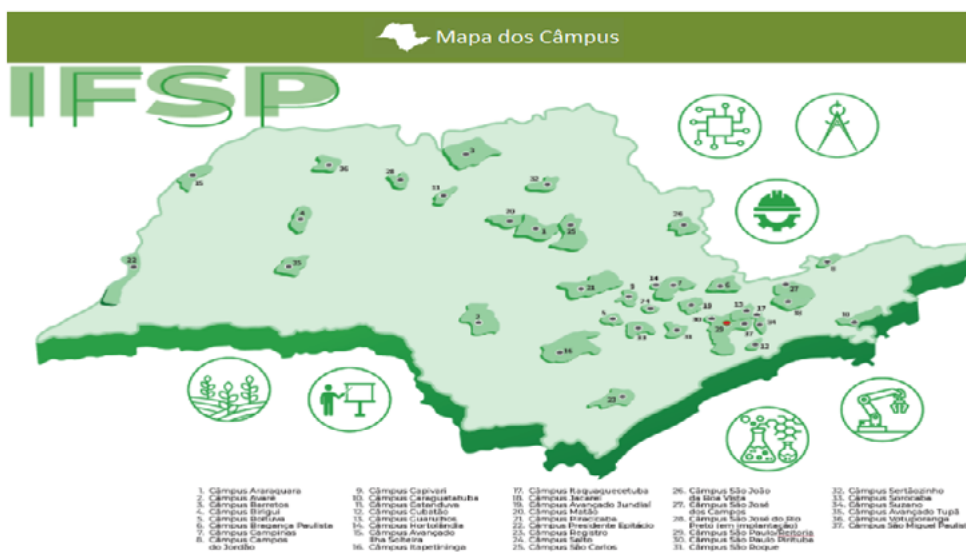
- Aliam ensino, pesquisa e extensão, em todos os níveis de ensino;
- Dialogam com as realidades regional e local e em sintonia com o global;
- Geram respostas às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios;
- Constituem-se como um marco nas políticas educacionais no Brasil;
- Desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa;
- Representam o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento.

Os cursos técnicos dos IFs representam 50% do total de vagas. Já 20% das vagas são destinadas a cursos de licenciatura e os 30% restantes representam cursos de graduação tecnológicas, especializações, mestrados profissionais e doutorados, voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

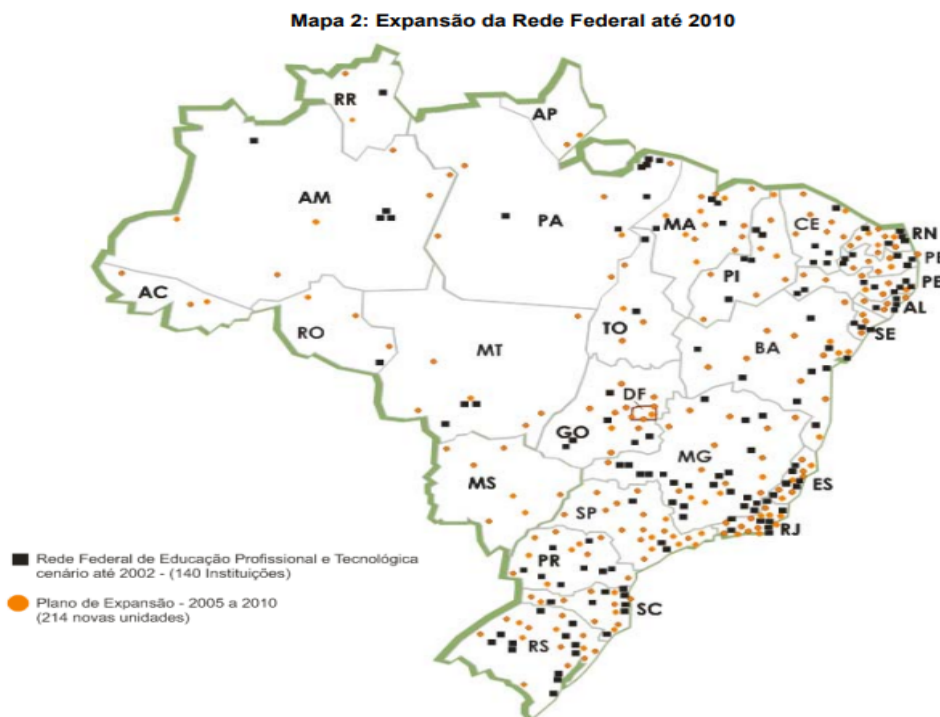
Nos IFs é comum o cenário de envolvimento de alunos do ensino médio em atividades de pesquisa científica e extensão. Portanto, as ações de internacionalização dos insitutos federais incluem, também, esse público.

As figuras a seguir apresentam, respectivamente, os *campi* do IFSP no Estado de São Paulo e também a expansão da rede federal até 2010 no Brasil (figuras 1 e 2):

Figura 1 - Mapa dos *Campi* do IFSP



Fonte: Portal do MEC.

Figura 2 - Expansão da Rede Federal no Brasil até 2010

Fonte: Portal MEC.

Os IFs têm se destacado no cenário nacional e internacional, cumprindo papel importante para o desenvolvimento da educação profissional no país.

O processo de internacionalização dos IFs inicia-se em 2009, com a criação do Fórum de Relações Internacionais (FORINTER), em conjunto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com objetivo de viabilizar a construção conjunta de estratégias de relações internacionais dos institutos federais, levando em consideração suas características e demandas, visando otimizar o potencial que existe no relacionamento dessa rede com as instituições de outros países.

O FORINTER apresentou o documento que serviu como instrumento norteador para implementação das políticas de Relações Internacionais da rede federal: a Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁹, tendo como principais fundamentos os princípios estabelecidos pelas declarações da Conferência Mundial sobre a Educação Superior da UNESCO (1998, 2009), da Conferência Regional de Educação Superior IESALC – UNESCO, Cartagena de Índias (2008), pelo Plano do Setor Educativo do Mercosul

9 O documento pode ser acessado na íntegra no link: <https://www.ifpb.edu.br/relacoes-internacionais/Documentos/politica-de-internacionalizacao-da-rede-federal>.

(2006-2010) e pelo documento *Concepção e diretrizes para os Institutos Federais*, SETEC-MEC (2008) (BORDIN *et al.*, 2019).

4 Metodologia

Para analisar os dados provenientes da política de Internacionalização do IFSP recorreremos aos pressupostos teóricos da pesquisa de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), que “visa decompor as unidades léxicas ou temáticas de um texto, codificadas sobre algumas categorias, compostas por indicadores que permitam uma enumeração das unidades e, a partir disso, estabelecer inferências generalizadoras” (CHIZZOTTI, 2010, p. 113). Essa metodologia possibilita identificar características especiais do texto a partir de inferências, valendo-se de técnicas sistemáticas de apreensão da mensagem e decomposição do documento em fragmentos, que podem revelar sutilezas do texto. Seguindo Bardin (1977), o objetivo da Análise de Conteúdo “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.” (BARDIN, 1977, p. 46).

As informações sobre as ações de internacionalização previstas no documento foram analisadas tendo em vista o que dizem os pressupostos teóricos da internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011) e da conceitualização proposta pelo grupo GPLIES. A partir da categorização dos elementos presentes nessas definições, elaboramos um quadro com perguntas norteadoras, no intuito de facilitar a compreensão dos princípios fundamentais para facilitar o processo de internacionalização.

A Análise de Conteúdo seguiu, conforme as orientações de Bardin (1977), as etapas: 1) organização da análise; 2) codificação; 3) categorização; 4) inferência. Na prática, essas etapas consistiram em: 1) elaboração de um plano de análise para a sistematização dos dados obtidos; 2) tratamento dos dados brutos por meio da seleção das informações mais relevantes que representavam conteúdo analisável; 3) agrupamento dos dados em quadros; 4) determinação de conclusões acerca da análise dos dados, com base em observações das mensagens nelas contidas.

5 A política de Internacionalização do IFSP

5.1 Organização do documento, conceitos e objetivos

Nesta seção, explicitaremos a organização do documento de política de

Internacionalização (PI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP e os resultados das análises empreendidas.

A política de Internacionalização (PI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, publicada no final de 2019, está organizada de acordo com os seguintes critérios:

- Justificativa;
- Conceito de internacionalização;
- Objetivos da internacionalização para o IFSP;
- Diretrizes para a internacionalização (baseadas nos objetivos e nas 6 dimensões propostas pelo ACE (*American Council on Education*):
 - 1) Visão Estratégica;
 - 2) Currículo e Aprendizado
 - 3) Estrutura Organizacional
 - 4) Apoio ao Docente
 - 5) Mobilidade Estudantil
 - 6) Colaboração e Parceria

No documento, a internacionalização é descrita como:

um processo que integra atividades que envolvem as diversas modalidades de mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, procedimentos e iniciativas que visem à inovação tecnológica, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo, projetos de desenvolvimento de ações realizadas entre instituições de mais de um país e desenvolvimento de aspectos curriculares e dupla diplomação que impactem na prática pedagógica no Brasil e/ou no exterior (IFSP, 2019, p. 1).

Destaca-se, no documento: 1) a evidência da mobilidade acadêmica, 2) a menção ao empreendedorismo como um dos objetivos finais da internacionalização, 3) o impacto na prática pedagógica. Analisamos de forma positiva a alusão à prática pedagógica; no entanto, ao partirmos do pressuposto da internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011), os impactos produzidos pelas ações de internacionalização devem extrapolar – e muito – apenas essa esfera; deve envolver todo o processo educacional, considerando seu objetivo central: “a melhoria de vida da qualidade de vida da população”, de acordo com o próprio documento (IFSP, 2019, p. 1).

Nota-se, ainda, na definição apresentada no documento, a omissão de dois objetivos essenciais da internacionalização: 1) o aprimoramento do ensino e da pesquisa¹⁰ e, conseqüentemente, 2) o estímulo ao estreitamento do contato

10 O ensino e a pesquisa são mencionados posteriormente, no item 4 dos objetivos da internacionalização,

entre os povos, algo que contribui fortemente para minizar alguns dos grandes problemas da humanidade – principalmente os que tangem às desigualdades sociais - buscando a valorização de línguas e culturas, a promoção da solidariedade, da sustentabilidade e da paz entre as nações.

Quanto aos objetivos da internacionalização para o IFSP e seus *campi*, o documento prevê, no seu artigo 2:

Objetivo 1. Sensibilizar a comunidade acadêmica para os benefícios da internacionalização no processo educacional;

Objetivo 2. Aumentar a visibilidade nacional e internacional do IFSP;

Objetivo 3. Estabelecer áreas prioritárias para busca de parcerias internacionais;

Objetivo 4. Ampliar os processos de cooperação, aumentando o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional;

Objetivo 5. Aumentar a produção científica em periódicos de circulação internacional e em colaboração internacional;

Objetivo 6. Incrementar programas de mobilidade internacional;

Objetivo 7. Aumentar a atração de alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros;

Objetivo 8. Incentivar o estabelecimento de acordos de dupla diplomação;

Objetivo 9. Promover a internacionalização do currículo;

Objetivo 10. Oferecer disciplinas em inglês na graduação e pós-graduação;

Objetivo 11. Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros.

Objetivo 12. Estimular atividades de relações internacionais sintonizadas como princípio da educação como um bem público, garantido pela Constituição, que estabelece educação pública, gratuita e de qualidade;

Objetivo 13. Institucionalizar a cultura da internacionalização como tema transversal no âmbito do IFSP de maneira que as discussões permeiem, além da cooperação e mobilidade, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, creditação, extensão e gestão administrativa.

Objetivo 14. Realizar cursos e oficinas para a qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais do IFSP;

Objetivo 15. Fomentar os ecossistemas de empreendedorismo e inovação.

Quanto aos objetivos descritos, destacam-se as menções apenas às línguas inglesa e portuguesa, priorizando a língua inglesa (ver objetivo 11), não men-

no documento.

cionando língua brasileira de sinais (LIBRAS), espanhol e nenhuma língua indígena ou outra língua que possa fazer parte do contexto brasileiro, ou mesmo do contexto local do IFSP em seus diversos *campi* no Estado. Evidencia-se, portanto, que não há uma perspectiva plurilíngue no documento que norteia o processo de internacionalização da instituição.

Quanto aos aspectos linguísticos mencionados na Política de Internacionalização (PI) do IFSP, destacam-se, ainda, os objetivos 10, 11 e 14, que esclarecem quais línguas serão priorizadas no processo e manifestam interesse na oferta de cursos para qualificação das equipes que integram o sistema de relações internacionais, sem indicar se os membros da equipe pertencem a diferentes setores da instituição, ou se somente à gestão institucional.

Em relação à maioria dos objetivos descritos (ver especialmente os objetivos 7, 9, 12, 13, 14, 15), o documento não menciona estratégias que permitam sua realização, ou seja, não há referência ao planejamento e acompanhamento de ações para efetivar tais objetivos. Apenas ao final do texto a PI indica que o planejamento das ações deverá ser feito por cada *campus*, considerando o que indica o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Embora as estratégias e metas para alcançar os objetivos da internacionalização da instituição não estejam previstos diretamente no documento da PI, é possível observar algumas dessas estratégias descritas no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)¹¹ vigente do IFSP, documento que define a missão da instituição e as estratégias para atingir metas e objetivos, abrangendo um período de cinco anos¹². No PDI, mais especificamente na tabela que apresenta os objetivos estratégicos, seus responsáveis e indicadores de desempenho (tabela apresentada a seguir), é mencionado como um dos objetivos específicos: “aprimorar a internacionalização do IFSP”. O documento apresenta como indicador “o índice de internacionalização” (item 3.3 no quadro), e como objetivo do indicador “medir a evolução do número de intercâmbios internacionais em que o IFSP participa como origem ou como destino”, como pode ser observado nos quadros 1 e 2:

11 O PDI vigente do IFSP pode ser acessado no link: <https://www.ifsp.edu.br/o-que-e-rss/85-assuntos/desenvolvimento-institucional/176-pdi>

12 Informações obtidas no portal do IFSP. www.ifsp.edi.br

Quadro 1 - Objetivos Estratégicos e indicadores de desempenho do IFSP

Objetivos Estratégicos

O PDI vigente do IFSP especifica os objetivos estratégicos e indicadores de desempenho que a Instituição deve monitorar e perseguir. A tabela abaixo apresenta os objetivos estratégicos, com seus responsáveis, e os indicadores de desempenho.

Objetivo específico	Indicador	Objetivo do Indicador	Responsável	Articulação
Aprimorar a formação cidadã do estudante e papel social do IFSP	1.1 Índice de Transparência, Gestão Democrática e Participativa (ITGP)	Medir o nível de transparência pública do IFSP, contemplando a prestação de contas à sociedade e a divulgação de dados que suportem a avaliação e o planejamento institucional.	DADI	Ouvidoria
	1.2. Índice de Envolvimento Discente em Órgãos Colegiados (IED)	Medir o nível de envolvimento dos alunos nos órgãos colegiados do Instituto.	Câmpus (CONCAM); PRE (CONEN), PRX (CONEX), PRP (CONPIP), INOVA (CIT)	
	1.3. Evolução da Quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais (EPAPS)	Medir a evolução quantitativa de parcerias do IFSP com organizações e entidades dos setores produtivo e social.	PRX	Câmpus
Manter e ampliar os programas de bolsas discente (ensino, pesquisa e extensão) e programas de auxílios ao estudante.	2.1. Índice de Permanência (IP)	Medir a permanência discente nos cursos oferecidos pelo IFSP	PRE	Câmpus
Promover a atualização didática e metodologia de ensino e adaptação às necessidades e peculiaridades do aluno do instituto federal	2.2. Índice de êxito (IE)	Medir o percentual de concluintes entre as matrículas finalizadas.	PRE	Câmpus
Aumentar o nº de alunos envolvidos em projetos cooperativos com APL e em Estágio	2.3 Índice de Participação dos Alunos no Mundo do Trabalho (PAMT)	Medir a participação de alunos em projetos com Arranjos Produtivos e Sociais (APSs) e/ou em estágios não curriculares.	PRX	CEX; DRG
Aprimorar o acompanhamento dos egressos	2.4 Índice de Participação dos Egressos no Mundo do Trabalho (PEMT)	Medir a inserção dos egressos no mundo do trabalho.	PRX	CEX; DRG
Elevar a satisfação dos públicos de interesse em relação a comunicação institucional	3.1 Índice de Satisfação dos Públicos de Interesse com a Comunicação Institucional (ISPICI)	Medir a satisfação dos públicos de interesse com a comunicação institucional do IFSP.	Comunicação Social	CDI
Ampliar a aproximação do IFSP com as comunidades em torno dos câmpus	3.2 Evolução da quantidade de Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais (EPAPS)	Medir a evolução quantitativa de parcerias do IFSP com organizações e entidades dos setores produtivo e social.	PRX	CEX; DRG
Aprimorar a Internacionalização do IFSP	3.3 Índice de Internacionalização (IndI)	Medir a evolução do número de intercâmbios internacionais em que o IFSP participa como origem ou como destino.	ARINTER	DRG
Construir uma política de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão	4.1 Percentual de PPCs com Curricularização da Pesquisa e Extensão (CPE)	Medir a curricularização da Pesquisa e da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	PRX, PRP	Câmpus
Aperfeiçoar os sistemas informatizados de gestão integrada e transparente	5.1 Percentual de processos atendidos por sistema integrado (PASI)	Medir quanto dos processos do IFSP tem sido realizado eletronicamente.	Escritório de Processos	TI

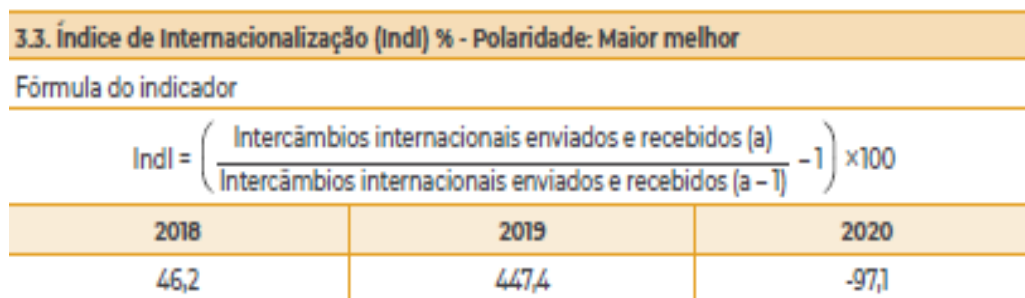
Fonte: Portal do IFSP (PDI vigente).

Quadro 2 - Recorte dos objetivos Estratégicos e indicadores de desempenho do IFSP

Ampliar a aproximação do IFSP com as comunidades em torno dos câmpus	Parcerias com os Arranjos Produtivos e Sociais (EPAPS)	Medir a evolução quantitativa de parcerias do IFSP com organizações e entidades dos setores produtivo e social.	PRX
Aprimorar a Internacionalização do IFSP	3.3 Índice de Internacionalização (IndI)	Medir a evolução do número de intercâmbios internacionais em que o IFSP participa como origem ou como destino.	ARINTER
Construir uma política de indissociabilidade	4.1 Percentual de PPCs com Curricula-	Medir a curricularização da Pesquisa e da Extensão nos Projetos	PRX, PRP

Fonte: Portal do IFSP (PDI vigente).

Figura 3 – Fórmula que determina o índice de internacionalização do IFSP (PDI)



Fonte: Portal do IFSP (PDI vigente)

Pode-se observar nos quadros 1 e 2 e na figura 3, que trazem informações sobre o indicador de internacionalização da instituição, que esse índice é medido somente pelo número de intercâmbios estudantis (enviados e recebidos), considerando apenas a mobilidade estudantil, e desconsiderando todas as outras ações de internacionalização propostas no documento da Política de Internacionalização do IFSP.

5.2 Sintetizando e sistematizando algumas reflexões sobre a PI do IFSP

No intuito de evidenciar ao leitor as categorias estabelecidas para a realização da análise da Política de Internacionalização do IFSP, tendo como base o conceito de internacionalização abrangente de Hudzik (2011) e o conceito de internacionalização da educação proposto pelo GPLIES (2021), sistematizamos alguns desses critérios no quadro que segue:

Quadro 3 - Base de referência para análise de Política de Internacionalização

	Indicadores para Análise do documento	Política de Internacionalização do IFSP	Observações
1	Data de publicação	Dezembro de 2019	----- ---
2	Vigência (previsão de revisão do documento)	Não menciona	Não prevê quando o documento será revisado ou refeito.
3	Envolvimento das áreas de ensino, pesquisa e extensão	Sim	O documento enfatiza, em vários momentos, a atenção dada às esferas de ensino, pesquisa e extensão.

4	Envolvimento de líderes, gestores, estudantes e servidores na elaboração do documento	Apenas líderes e gestores (Reitoria / Arinter)	Menciona no artigo 3º, item L, a constituição de uma Comissão de Relações Internacionais, mas não especifica quais esferas do IFSP estarão representadas nessa comissão.
5	Incentivo de um engajamento sustentável entre os países	Não menciona	-----
6	Previsão de aproveitamento de recursos e potencialidades	Não explicita	Menciona apenas que haverá recursos disponibilizados para as ações.
7	Articulação entre comunidade acadêmica e não acadêmica	Apenas a comunidade acadêmica é mencionada.	Não menciona parcerias com instituições não acadêmicas. Refere-se apenas à intenção de aproximação com agências de fomento nacionais e internacionais (p. 3)
8	Incentivo ao compartilhamento de ideias, culturas e práticas inovadoras	Sim	Menciona a intenção de promover projetos multinacionais e multi-institucionais, mas não especifica que tipo de projeto.
9	Previsão de readequação de conteúdos do currículo	Sim	Prevê a internacionalização do currículo, incluindo criação de disciplinas novas ou tradução/adaptação de disciplinas existentes.

10	Estabelecimento de parcerias	Sim	Menciona a intenção de buscar fontes de financiamento tradicionais e alternativas (p. 4); além de acordos de dupla diplomação (p. 5)
11	Perspectiva plurilingue do processo de internacionalização	Não	<p>Em todo o documento, são mencionados apenas os idiomas Inglês e Português para estrangeiros, dando clara ênfase e prioridade para o inglês.</p> <p>Fica evidente o apagamento do espanhol, Libras, línguas indígenas e outras línguas que fazem parte do contexto brasileiro.</p> <p>Reporta a intenção de ofertar cursos de diversos idiomas para a comunidade acadêmica, mas enfatiza que a prioridade é o inglês.</p>
12	Previsão do Orçamento	Não definida	É mencionado, apenas, que haverá orçamento adequado para as ações de extensão (p. 4).
13	Previsão de ações de internacionalização em casa ¹³	Sim	Prevê inserção internacional e intercultural para docentes, discentes e técnicos-administrativos. No entanto, não especifica, nem exemplifica, quais serão essas ações.

13 Também denominada na literatura da área como *Internationalization at home*, *Campus-based internationalization* ou *Internal internationalization*, a Internacionalização em casa é apresentada por Knight (2008) como alternativa inclusiva para internacionalizar o ensino superior, envolvendo a dimensão intercultural e internacional nos processos de ensino e aprendizagem, currículos e programas,

14	Planejamento das ações de internacionalização	Deve ser feita por cada campus.	Estabelece, ao final do documento, que a implantação dos objetivos e diretrizes da PI deve ser feita pelos campi através de um planejamento estratégico, de acordo com seu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional).
15	Posicionamento decolonial ¹⁴ e crítico	Não	Não há menção a esses conceitos ao longo do documento.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao verificarmos que apenas 4 dos 15 critérios foram atendidos integralmente no documento da Política de Internacionalização do IFSP, consideramos que há necessidade de revisão do documento, de modo a adequá-lo aos conceitos de internacionalização mais voltados para o contexto brasileiro, especialmente no que se refere às questões de inclusão, decolonialidade, solidariedade, plurilinguismo e políticas integradoras.

É primordial que no processo de elaboração ou revisão dos documentos norteadores das ações de internacionalização estejam incluídos os diversos setores da instituição, não somente líderes e gestores. Alunos, professores e pessoal técnico-administrativo precisam estar envolvidos nesse processo. Para De Wit (2013), o discurso da internacionalização é muito dominado por um pequeno grupo de envolvidos: líderes do ensino superior, governos e corpos internacionais. O autor argumenta que outros participantes, como o corpo profissional e, em especial, o corpo docente e o corpo discente, dispõem de um espaço muito menor. Assim, o discurso não é suficientemente influenciado por aqueles que mais sofrem seu impacto (DE WIT, 2013) e, conseqüentemente, a implementação de ações nem sempre ocorrem pela falta de identidade e envolvimento da comuin-

pesquisas, atividades extracurriculares, relações com as culturas locais e grupo étnicos e a integração de alunos e docentes estrangeiros na vida acadêmica local (KNIGHT, 2008, p. 22-23).

14 O termo “decolonialidade” usado neste artigo está de acordo com os pressupostos teóricos de Boaventura de Sousa Santos (2007), cuja perspectiva é a de um caminho para resistir e desconstruir padrões e conceitos impostos aos povos subalternizados. De acordo com a Teoria Decolonial deste sociólogo português, a proposta é promover mais as epistemologias do sul, a ecologia de saberes.

dade.

Também é de fundamental importância que os objetivos propostos na Política de Internacionalização sejam claros e mensuráveis. Esse é um dos pré-requisitos para a implementação, acompanhamento e avaliação das ações da internacionalização abrangente (HUDZIK, 2011).

Considerações finais

Esperamos que as discussões estabelecidas neste artigo, envolvendo a elucidação de alguns critérios para análise de políticas de internacionalização, possam contribuir para a elaboração e/ou revisão crítica de documentos norteadores das ações de internacionalização nas instituições de ensino, de modo a fomentar uma internacionalização crítica, abraçando todas as esferas da instituição (docentes, discentes e técnicos-administrativos), incluindo parcerias com diversos setores da sociedade, extrapolando as relações estritamente acadêmicas, e envolvendo a pluralidade de línguas e culturas nos mais diversos contextos brasileiros.

As ações de internacionalização também devem nortear a formação de professores para a internacionalização, dos quais é esperada uma formação plurilinguística e pluricultural, que conseqüentemente contribua significativamente para a formação de cidadãos críticos, autônomos e participativos, que possam auxiliar no desenvolvimento de um mundo mais sustentável e de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É fundamental, portanto, que as ações de internacionalização contribuam, eficazmente, para que os cidadãos desenvolvam seu próprio posicionamento na sociedade global do conhecimento, de maneira que seu ser e agir no mundo o tornem um lugar melhor para todos. Nesse sentido, reiteramos a importância da Educação Linguística e plurilíngue para a formação de cidadãos capazes de cooperar internacionalmente e promover transformação social, na perspectiva de uma Educação para a Cidadania Global (UNESCO, 2015).

Referências

AGUIAR PEREIRA, Elisabete Monteiro. Internacionalização na universidade contemporânea: uma visão da internacionalização em uma universidade pública paulista. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 5, 2019.

BARDIN, Laurence. (1977). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, Martins Fontes, 1977.

BORDIN, Tamara Maria *et al.* A internacionalização da Rede Federal de Educação Tecnológica: uma abordagem sobre a estrutura administrativa. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 3, n. 1, p. 58-74, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/190-secretarias-112877938/se-tec-1749372213/13175-centenario-da-rede-federal-de-educacao-profissional-e-tecnologica>. Acesso em: 1º fev. 2022.

CALVO, Luciana Cabrini Simões C. S.; ALONSO, Milena Paula de Oliveira. The Internationalization of Higher Education and English in Brazil: a state-of-the-art study. *In*: CALVO, Luciana Cabrini Simões C. S.; EL KADRI, Michele; PASSONI, Taísa Pinetti (orgs.). **Languages Policies and Internationalization of Higher Education Institutions in Brazil**: contributions from Applied Linguists. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 14-24.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DELGADO-MÁRQUEZ, Bianca. L.; HURTADO-TORRES, Nuria E. Internationalization of Higher Education: Theoretical and Empirical Investigation of Its Influence on University Institution Rankings. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento – RUSC**, v. 8, n. 2, p. 265-284, 2011.

DE WIT, Hanz. Evolving concepts, trends, and challenges in the internationalization of higher education in the world. **Educational Studies**, Higher School of Economics, n. 2, p. 8-34, 2019.

DE WIT, Hans. Repensando o conceito de internacionalização. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 70, p. 69-71, 2013.

FINARDI, Kyria R. **Produção, avaliação e circulação do conhecimento na América Latina: o papel da internacionalização e das línguas**. *In*: 68º Seminário do GEL, 2021. Evento Online.

HUDZIK, John K. Comprehensive internationalization: From concept to action. Washington, DC: NAFSA: **Association of International Educators**, v. 44, 2011.

IFSP. **Política de Internacionalização do Instituto Federal de São Paulo**. São Paulo: MEC/IFSP, 2019. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4557_Politica_de_internacionalizacao_IFSP_2019_Arinter_GAB_2.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

IFSP. **Política Linguística do Instituto Federal de São Paulo**. São Paulo: MEC/IFSP, 2019. Disponível em: https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/arinter/docs/DEZ_PORT_4722_Institui_Politica_Linguistica_de_Ensino_Pesquisa_e_Extensao_ARINTER_IFSP_1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

KNIGHT, Jane An Internationalization Model: Responding to New Realities and Challenges. *In*: DE WIT, Hans *et al.* (Ed.). **Higher education in Latin America**: The international dimension. The World Bank, 2005.

KNIGHT, Jane. **Knowledge Diplomacy in Action**. London: British Council, 2008.

PACHECO, Elieser. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

PENNYCOOK, Alastair. Linguística aplicada pós-ocidental. *In*: CORACINI, Maria José; BERTOLDO, Ernesto Sérgio (Orgs.) **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula**. São Paulo: Mercado da Letras, 2003, p. 21-54.

PENNYCOOK, Alastair. **Critical applied linguistics**: a critical introduction. Londres: Routledge, 2001.

RAJAGOPALAN, Kanavillil 2003. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, sociedade & culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para os desafios do século XXI. -- Brasília : UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>
Acesso em: 13 fev. 2022.

Sobre as autoras

Viviane Cristina Garcia de Stefani - Doutora em Linguística. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); São Carlos-SP. E-mail: vivigarcia@ifsp.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9946304206543559>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9668-3106>.

Isadora Valencise Gregolin - Doutora em Linguística. Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); São Carlos-SP. E-mail: isadora@ufscar.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1015869228676997> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9345-3126>.